EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde, envelhecimento e as questões étnico-raciais

Gladson Rosas Hauradou 1, Universidade Federal do Amazonas; Doutor em Serviço Social; gladson@ufam.edu.br

Coordenador

Luziene Batalha Lima 2, Universidade Federal do Amazonas; Estudante de Pós-Graduação, especialização, em Estado Trabalho e Políticas Públicas; luziene.david2@gmail.com

Greyssy Kelly Araujo de Souza 3, Universidade Federal do Amazonas; Doutora em

Educação; greyssy@ufam.edu.br

Dayana Feitosa Picanço 4, Universidade Federal do Amazonas; Bacharela em Serviço Social; dayannapicanco@hotmail.com

Leiliane Amazonas da Silva 5, Universidade Federal do Amazonas; Mestra em Serviço Social; Leiliane Amazonas; leili.silva9@gmail.com

Amanda Maciel Batista 6, Universidade do Estado do Amazonas; Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; leili.silva9@gmail.com

RESUMO

Nesta mesa temática debruça-se sobre a "questão social" na Amazônia, a partir da reflexão sobre quatro eixos centrais: a exploração mineral, a saúde, o envelhecimento e as questões étnico-raciais. O objetivo é problematizar as expressões da "questão social" na Amazônia, em suas distintas "Amazônias", com enfoque nos processos de exploração mineral e aprofundamento das desigualdades sociais, territoriais, geracionais e étnico-raciais em curso na região. Do mesmo modo, reflete-se sobre as nuances e particularidades que as expressões da questão social adquirem na contemporaneidade ao nível local e regional. Finalmente, a proposta é a construção de reflexão crítica sobre a questão social trazendo à luz elementos e categorias necessários à apreensão dos fenômenos na sua totalidade, bem como sobre as políticas públicas presentes na região acerca das temáticas supracitadas.

Palavras-chave: Serviço Social. "Questão Social". Políticas Públicas. Amazônia.

ABSTRACT

This thematic table focuses on the "social issue" in the Amazon, based on reflection on four central axes: mineral exploration, health, aging and ethnic-racial issues. The objective is to problematize the expressions of the "social question" in the Amazon, in its different "Amazonies", focusing on the processes of mineral exploration and deepening of social, territorial, generational and ethnic-racial inequalities in course in the region. Likewise, it reflects on the nuances and particularities that the expressions of the social issue acquire in contemporary times at the local and regional level. Finally, the proposal is the construction of a critical reflection on the social question, bringing to light elements and categories necessary to apprehend the phenomena in their entirety, as well as on the public policies present in the region regarding the aforementioned themes.

Keywords: Social work. "Social question". Public policies. Amazon.













MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: uma reiteração das expressões da "questão social" na região

Gladson Rosas Hauradou

Luziene Batalha Lima

RESUMO

Objetiva-se problematizar alguns aspectos das expressões da "questão social" na Amazônia, em suas distintas "Amazônias", com enfoque nos processos de exploração mineral em curso na região. Lança-se mão da análise marxiana para apreensão desse fenômeno sob o prisma da luta de classes cujos efeitos imediatos, e mediados, podem ser visualizados nas mais recentes expropriações, degradação da natureza, com inflexões nas condições de vida, trabalho e saúde de distintos trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo dos conflitos velados ou abertos presentes na região em que o Estado brasileiro desempenha um papel central.

Palavras-chave: Amazônia. Luta de Classes. Mineração.

ABSTRACT

The objective is to problematize some aspects of the expressions of the "social question" in the Amazon, in its different "Amazonies", with a focus on the processes of mineral exploration underway in the region. Marxian analysis is used to apprehend this phenomenon under the prism of class struggle whose immediate and mediated effects can be seen in the most recent expropriations, degradation of nature, with inflections in the living, working and health conditions of different workers and workers, like the veiled or open conflicts present in the region where the Brazilian State plays a central role.

Keywords: Amazon. class struggle. Mining.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, e suas distintas "Amazônias" (TEIXEIRA, 1998), permanece aos olhos do mundo como um enigma. Idealizada, "inventada" (GONDIM, 2007), equivocadamente interpretadaⁱ, construída e reconstruída sob uma perspectiva exógena; uma esfinge a ser desvendada por outrem. "Trocando em miúdos": uma forma reiterada de pilhagem, por conseguinte, de engendramento das expressões da "questão social" na região. Contudo, apropriada em suas particularidades pelos sujeitos, sócio históricos, amazônidas.

Essa relação contraditória, persiste no tempo e demanda das(os) amazônidas, formas de apreensão que adensem uma compreensão que se expresse como











contraponto crítico ao que se presume instituído/estabelecido no bojo das forças contemporâneas.

As polêmicas que emergiram nos últimos quatro anos, precisamente entre 2018 e 2022, não deixam dúvidas desta inquietação. Lima (2001), ainda nos idos dos anos 1970 do século XX, deixara clara essa concepção. Com a vênia do referido autor, sustentamos que a Amazônia ora figura como um novo "Eldorado", ora como fonte de recursos "sociobiodiversos", e neste último caso, segundo as discussões mais recentes, sobre o potencial ainda não explorado do bioma amazônico. Um olhar capturado pelo ardil capitalista, como bem nos alerta Martinelli (2011) ao lançar mão dessa abordagem para entender o engendramento de forças hegemônicas opostas aos trabalhadores e trabalhadoras ao longo da história.

É desse amálgama que intentamos trazer à baila como o processo de exploração mineral, levado a cabo na região, entre outras frentes de exploração/expropriação, reitera a luta de classes. Esta, que tem seu ponto mais agudo, com a recorrência de conflitos armados nos quais tombaram, sobretudo, distintos trabalhadores e trabalhadoras da região. Casos emblemáticos, já destacados por estes investigadores, são: o "massacre de Eldorado dos Carajás", ocorrido no dia 17 de abril de 1996, e mais recentemente o episódio de **Pau D'Arco**, no município de **Redenção**, sudeste do **Pará**, em 24 de maio de 2017 (PORTAL AMAZÔNIA, 2018; grifos do autor). Ambos no estado do Paráⁱⁱ.

Nesse sentido, busca-se no presente estudo (1) destacar a reiteração dos processos de exploração enquanto expressões da "questão social", sobretudo, afeitos à exploração minerária em larga, ou menor escala, na Amazônia brasileira, bem como (2) enfatizar que tanto esses processos, quanto outras frentes de exploração/expropriação, corroboram para o acirramento da luta de classes na região em que o Estado brasileiro desempenha uma função essencial como mediador dessa reiteração de lutas.

2 AMAZÔNIA: NATUREZA/SOCIEDADES SOB O PRISMA DA LUTA DE CLASSES











O histórico de invasão e ocupação do território amazônida, e as "Amazônias" nela presentes (TEIXEIRA, 1998), por sujeitos alheios à região, é objeto de distintas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Desses estudos, tem-se como ponto de convergência entre aqueles, e aquelas, que se debruçam sobre a temática e sob distintos prismas de análise, que a história da região é marcada por processos de exploração/expropriação desde o momento em que os europeus aqui se instalaram. Processos que não prescindiram da violência em suas múltiplas dimensões.

À luz da perspectiva marxiana, com qual concordamos, esses e outros episódios similares expressam em si, com as devidas mediações necessárias, a "luta de classes". Esta apreensão sustenta-se quando atentamos para a afirmação presente no Manifesto do Partido Comunista segundo a qual a história da humanidade é a história da luta de classes (MARX; ENGELS apud NETTO, 2012). Grife-se: "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e oprimido, estiveram em constante oposição um contra o outro" (Ibid).

Na região amazônica, e na "América", essa luta está inscrita nos anais da história da humanidade com o sangue das sociedades originárias reduzidas drasticamente após o contato com os europeus, conforme destacado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Quantitativo de populações amazônidas em contato com os europeus

Ano	Contexto	Registro Histórico/Científico
1639	2ª Expedição de Pedro Teixeira - 1639	"[]" cerca de 150 nações diferentes ao longo das margens do rio Amazonas e na boca de seus principais afluentes" (Padre Cristovão de Acuña)
1639	Expedições de Pedro Teixeira	"Rios todos muito caudalosos, e com tanto número de índios de diferentes nações, que é impossível poder nomeá-los" (Pedro Teixeira)
1654	Leito de morte do cônego Manuel Teixeira, vigário de Belém (declaração juramentada)	"No espaço de 32 annos que há, que se começou a conquistar este Estado (do Maranhão e Grão Pará) são extinctos a trabalho e ferro, segundo a conta dos que nos ouvirão, mais de 2.000.000 (dous milhões) de índios de mais de quatrocentas aldêas, ou para melhor dizer, cidades muito populosas" (cônego Manuel Teixeira)

PROMOÇÃO











1662	Expedições de Francisco Orellana (1541-1542) e Ursua- Aguirre (1560-1561)	"Toda esta costa (falando da área entre São Luís do Maranhão e Belém) foi povoada de índios naturais, porque em todas as bocas dos rios havia grandes povoações que com o tempo (leia-se conquista) se despovoaram" (Maurício de Hariate)
1977	Pan-Amazônia antes do contato com os europeus	6.800.000 habitantes, sendo 5.000.000 na área da Bacia Amazônica (Etno-historiador William Denevan).
1977	Bacia Amazônica brasileira antes do contato com os europeus	3.625.000 habitantes (John Hemming)
2009	Chegada dos europeus à Amazônia	"[] os primeiros europeus encontraram sociedades compostas por comunidades populosas, com mais de mil habitantes, chefiadas por tuxauas []" (Márcio Souza)

Fonte: Sistematização a partir de Freire et al. (1991) e Souza (2009), *In*: Hauradou (2022, p.

46).

Ainda que em contexto diverso ao que se dera na Europa no século XIX com a emergência da sociabilidade industrial, a chegada dos europeus à "América" e à região amazônica, onde a sociabilidade não apresentava similaridades com a perspectiva eurocêntrica, não se processou sem o uso da força e da violência. Quer seja de ordem simbólica, quer seja na sua dimensão física.

A chegada à "América", "Aby Yala ('Terra madura', 'Terra Viva' ou 'Terra em florescimento')" para a primeira nação Kuna, cuja origem é a "[...] Serra Nevada no norte da Colômbia tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas)". (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 1, grifos do autor), fora forçada pela necessidade de ampliação dos mercados.

Lançando-se mão das contribuições de Marx e Engels (2012), e Porto-Gonçalves (2009), para subsidiar nossas reflexões, guardadas as devidas ressalvas, concordamos que:

A grande indústria criou o mercado mundial, que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial propiciou ao comércio, à navegação e às comunicações terrestres um desenvolvimento incomensurável. Este, por seu turno, incidiu sobre a expansão da indústria; e, na mesma escala em que a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias se expandiam, desenvolvia-se também a burguesia, que multiplicava os seus capitais e compelia a um plano secundário todas as classes legadas pela Idade Média. (MARX; ENGELS apud NETTO, 2012, p. 187).

PROMOÇÃO













Esse processo desencadeado na Europa avança para os demais quadrantes do planeta Terra subsumindo relações sociais, e de produção, aos seus ditames com a brutalidade própria do *modus operandi* capitalista. Consolidando gradativamente uma sociabilidade cuja matriz é a exploração/opressão de homens e mulheres cujas propriedades, consoante ao processo de exploração/expropriação, torna-se tão somente a de sua própria força de trabalho.

A presença e o avanço dos europeus na região, sinônimo de "presença e avanço do capital na Amazônia" (HAURADOU e AMARAL, 2019) metamorfoseandose ao longo da história, não se dera sem luta e sem que milhões de grupos étnicos não tivessem suas vidas ceifadas pela avassaladora sociabilidade alienígena às sociedades originárias; às primeiras nações (REES, 2018).

O que se processou foi uma invasão que aos poucos engendrou a forma de ser do capital na sua feição mais evoluída com o apoio das classes dominantes europeias e da Igreja Católica Romana. Como afirma Porto-Gonçalves (2009, p. 2-3; grifos nossos):

[...] Considere-se, por exemplo, que até a invasão de Abya Yala (América) a Europa tinha um papel marginal nos grandes circuitos mercantis que tinham em Constantinopla um dos seus lugares centrais. A tomada dessa cidade pelos turcos, em 1453, engendrou a busca de caminhos alternativos, sobretudo por parte dos grandes negociantes genoveses e que encontraram apoio político entre as monarquias ibéricas e na Igreja Católica Romana. Desde então, circuitos mercantis relativamente independentes no mundo passam a ser integrado, inclusive constituindo o circuito Atlântico com a incorporação do Tawantinsuyu (região do atual Peru, Equador e Bolívia, principalmente), do Anahuac (região do atual México e Guatemala, principalmente), das terras guarani (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia, principalmente) e Pindorama (nome com que os tupi designavam o Brasil).

Sob o prisma teórico-metodológico elaborado por Marx e Engels (2012), reitera-se que quando os europeus se lançaram ao mar, estavam sob a batuta do processo de florescimento (do capital em um novo estágio) que mais tarde desencadearia na grande indústria, compelindo não somente as classes legadas pela Idade Média, como toda e qualquer formas de sociabilidades com as quais se defrontava e/ou defronta.















As investidas, próprias desse sistema "sociometabólico", tende implacavelmente à conformação de novos arranjos produtivos funcionais ao capital e à captura das subjetividades ao elevar ao plano das ideias a reprodução reificada da *moderna barbárie*. Nesse plano, a violência inerente à sociabilidade capitalista passa a fazer parte das ações humanas porque "naturalizadas".

As demais formas produtivas impetradas em novas frentes de exploração, como historicamente tem se processado na "América Latina" e na "Amazônia", portam em si o germe da contradição intrínseca ao capital, seja pela busca de novos mercados, seja pela introdução de novas relações de produção, modalidades produtivas estas que sob o aval estatal permanecem ilesas como sustentam Ribeiro e Nascimento (2021):

Essa afirmativa, em que pese seus limites, pode ser explicada pela formação histórica da Amazônia, partindo dos primórdios com a chegada dos europeus e suas incursões pelo rio Amazonas; o processo de ocupação no século XV com a exploração do cacau, da castanha e outras drogas do sertão; o cultivo da agricultura e a produção da pecuária no século XVIII; a exploração da borracha ou "ouro negro" no século XIX; e os Grandes Projetos por volta de 1970 em diante (NASCIMENTO, 2006; ALMEIDA, 2008; CASTRO e CAMPOS, 2015).

Consideramos que para compreender a conformação social, política, econômica e cultural de qualquer sociedade, deve-se submeter essa análise ao crivo da crítica na acepção marxiana segundo a qual necessitamos ir aos fundamentos dos fenômenos sociais. A modalidade econômica contemporânea assentada na exploração mineral na "Amazônia", sobretudo em larga escala, tem nos grandes projetos a instância privilegiada de realização. Tratam-se dos "os grandes monopólios na Amazônia" (OLIVEIRA, 1987). Essa modalidade permite-nos entender, em parte, o engendramento e reiteração das expressões da "questão social" na região.

A partir dos postulados marxianos, é possível apreender o processo de subsunção das relações sociais, e de produção, aos ditames do capital quando constatamos a presença e avanço capitalista para outras frentes de exploração a exemplo da chegada dos europeus na "América", por conseguinte, na "Amazônia".













Evidencia-se, ainda, nesse movimento tendencial de incorporação das novas modalidades produtivas, o não desprezo ao uso da força e da violência, seja no campo tangível/físico, seja no campo das ideias/simbólico. Desse movimento histórico, corrobora-se, portanto, que as relações sociais, e de produção, estabelecidas em uma dada forma de sociabilidade confrontada com o capital, adquirem nova feição ao se subordinarem à preponderância da classe dominante levando-nos a ratificar a luta de classes como motor da história.

3 MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOB O AVAL ESTATAL: a reiteração das expressões da "questão social"

Vimos no tópico anterior, *en passant*, que a grande indústria desencadeou uma série de processos, dentre os quais a criação do comércio mundial. Tal movimento tendencial atrelado à chegada europeia na "América", sob a perspectiva da totalidade, culminou com a subsunção das relações sociais, e de produção aos ditames do capital. Tornando curta uma longa história, sob a perspectiva da particularidade, a configuração das relações sociais, e de produção, na "Amazônia" são herdeiras desse movimento consubstanciado atualmente naquilo que Oliveira (1987) denominou como "os grandes monopólios na Amazônia".

Particularmente, à produção de *commoditiesiii* de minério, dedica-se especial atenção em razão do *status* ocupado por essa modalidade de exploração em curso na região amazônica. Assentada nos denominados Grandes Projetos (do capital), essa modalidade de produção em larga escala, desenvolve-se desde os anos 50 do século XX, por ocasião das iniciativas de exploração mineral na Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá. "Era o fim da ditadura de Getúlio Vargas e a nova Constituição, promulgada em 1946, em substituição à Carta de 1937, estava fortemente inspirada em princípios do liberalismo econômico" (MONTEIRO, 2005, p. 187).











De acordo com sistematização realizada por Malheiro (2020), desse período até o momento, de 1953 a 2020, tem-se um quantitativo de mais de 30 projetos de exploração mineral em operação, com apenas um descontinuado. Além de outros por virem a se materializar tão logo, ou seja, projetos a serem implementados sendo mais de quatro dezenas. A título de informação e contraste, no Quadro 2 a seguir, destacase o percentual de produção das principais empresas de mineração na região amazônica brasileira.

Quadro 2 - Principais empresas de mineração na Amazônia em percentual da produção

Minério	Empresa	Unidade da Federação	Percentual da produção
	Mineração Rio do Norte S. A	PA	40,10%
Alumínio	Mineração Paragominas S. A	PA	31,23%;
	Alcoa World Alumina Brasil Ltda	PA	23,29%.
	Salobo Metais S.A	PA	55,94%,
Cobre	Vale S.A.	PA	14,66,30%
CODIC	Mineração Maracá Industria e Comercio S.A.	GO	21,12%
	Mineração Taboca S.A.	AM	46,82%
	Cooperativa de Produtores de Estanho do Brasil	RO e PA	15,97%
Estanho	Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda	RO	7,98
	Cooperativa Estanífera de Mineradores Da Amazônia Legal Ltda	RO	6,29
	Estanho de Rondônia S.A	RO	4,98%.
Ferro	Vale S.A.	Somatória de MG/PA	71,90%
	Buritirama Manganês S.A.	PA	67,78%
Manganês	Vale S.A.	PA	14,60%
	RMB Manganês Ltda. Epp.	PA	1,98%
Nióbio	Nióbio Mineração Taboca S.A.		9,64%
Níquel	Vale S.A.	PA	18,06%
Ouro	Mina Tucano Ltda.	AP	5,21%

Fonte: ANM (2020), In: Hauradou (2022, p. 92).

O projeto descontinuado, a que nos referimos anteriormente, é o caso emblemático de Serra do navio, no Amapá, já destacado linhas atrás. Os resultados desse projeto do capital estão marcados de forma indelével nas condições de vida, trabalho e saúde das "comunidades do entorno" da mina desativada. Na verdade, "comunidades do entorno ou populações do entorno" são expressões que em si













anulam o real significado dos sujeitos históricos amazônidas, posto que a presença destes na região é anterior aos empreendimentos minerários e/ou outros projetos impetrados com o aval do Estado brasileiro^{iv}. Logo, o que se constata, é manifestação latente de como esses processos expressam um dano irreparável à natureza; à humanidade. Sobre a questão, são estarrecedoras as sistematizações de Sakamoto (2001) e Verbetes.Cetem (2012) quando cotejamos esses dados com pesquisas mais recentes a exemplo dos trabalhos de Milanez (2017).

Para Milanez (2017): "A poluição por material particulado pode causar efeitos negativos sobre a saúde das pessoas que vivem próximas a grandes minas" (MILANEZ, 2017, p. 95). Prossegue:

Com relação aos recursos hídricos, os impactos da mineração ocorrem, pelo menos, em três níveis. Primeiramente, existe o elevado consumo de água; em segundo lugar, há problemas associados à extração mineral em si, que pode levar ao rebaixamento do lençol freático e ao comprometimento da recarga dos aquíferos; por fim, existe o risco de contaminação dos corpos d'água. (MILANEZ, 2-17, p. 95, grifos nossos).

Ao nos reportarmos ao caso do Amapá, a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi) foi acusada, pelo governo estadual, de ter contaminado uma região ligada ao porto de Santana, próximo à capital Macapá. O "saldo" desse processo foi contaminação derivava do arsênio, "[...] substância altamente tóxica que pode provocar câncer e até a morte [...]". (SAKAMOTO, 2001, p. 1).

Outros registros sobre o papel desempenhado pelas empresas minerárias na região e a reiteração das expressões da "questão social", são os trabalhos de Archanjo (2015), Canto (2015), Maia e Malerba (2019), Wanderley (2012; 2021), entre outros, bem como o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2020). A partir destes autores, e do documento do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2020), sintetizam-se abaixo, algumas das expressões da "questão social" mais tangentes na região amazônica.

São atividades que, somadas à atuação de entidades governamentais, da especulação imobiliária, a edificação de hidrovias, rodovias, ferrovias,













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

complexos/terminais portuários e aeroportos, madeireiras, garimpo e siderurgia, demandam intervenções prementes como aquelas próprias às políticas públicas e à legislação ambiental. Dado que a emergência de doenças transmissíveis (sexualmente ou não); a falta de atendimento médico; a insegurança alimentar; a piora na qualidade de vida; a violência – ameaça, a alteração no ciclo reprodutivo da fauna; alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território; assoreamento de recursos hídricos; o desmatamento e/ou queimada; a erosão do solo; a falta/irregularidade na autorização, ou licenciamento ambiental; a falta/irregularidade na demarcação de território tradicional; a falta de saneamento básico; a favelização; a invasão/o dano à área protegida ou unidade de conservação; a poluição atmosférica; a poluição de recurso hídrico; a poluição do solo; e a poluição sonora (HAURADOU, 2022, p. 112).

Frisa-se que essas "externalidades", próprias à "produção destrutiva" nos termos de Mészáros (2006) -- e, em relação à "Amazônia", [com a mesma carga semântica e substância], apreendida pela maestria de Teixeira (2008) --, têm sido uma constante em regiões com qualidades similares à riqueza sociobiodiversa amazônica. A configuração dessas relações sociais, e de produção na região, guardam relação, ainda, com os deslocamentos compulsórios (deslocamentos forçados ex situ), que para dar conta de atender aos anseios do capital provocam a mobilidade de quantidade expressiva de contingente populacional, como no caso de Bacarema/PA. Os estudos recentes indicam que para atender a implantação do complexo industrial-portuário-urbanístico da Albras/Alunorte, "[...] 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas) experimentaram deslocamentos forçados dos seus lugares de moradia [...]" (HAZEU; COSTA e FIALHO NASCIMENTO, 2019, p. 175).

Todos esses processos urbanísticos, de infraestrutura e de instalação de grandes projetos, dentre os quais aqueles que tem na extração mineral em larga escala seu objetivo primordial, demandam aval estatal. Ou seja, não se desenvolvem projetos dessa natureza sem a aprovação do Estado brasileiro, mediante protocolos definidos entre as partes. Desde a década de 1950 do século XX até a data em que escrevemos este texto, a presença e avanço do capital "Amazônia" passa necessariamente pelo aval do Estado (Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) até os Planos de Aceleração do Crescimento, sobretudo o PAC II). Contudo, os maiores afetados pelos efeitos













deletérios de tais projetos, os sujeitos históricos amazônidas, são preteridos dessas decisões. Caso pontuais, como da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho/PA e da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (Arqmo), também no estado do Pará, são exemplos do poder de mobilização coletiva para fazer frente à presença e ao avanço do capital sobre seus territórios expressando a dimensão política da "questão social" *in loco*.

Não dá para deixarmos de fazer referência às implicações nocivas das atividades minerárias junto às populações indígenas (O mercúrio utilizado no garimpo ilegal tem sido um dos condicionantes/determinantes dessa nocividade). Dentre as questões mais recentes está a trágica crise provocada pela (des)gestão federal anterior e que se abateu sobre os Yanomami no Estado de Roraima as quais ganharam projeção internacional com a atual gestão (2023-2026). Essa face da "questão social" na região não pode ser suprimida de nossas reflexões e revoltas. Conforme BBC *News* (2023), sob Bolsonaro, mortes de Yanomami por desnutrição cresceram 331%.

O garimpo ilegal apoiado pelo "ex-mandatário" e suas constantes investidas quanto à não realização das demarcações de terras indígenas, consagradas na Constituição Federal de 1988, somadas ao apoio massivo de uma parte ultradireitista de apoiadores, foram determinantes para agudização das condições de vida e saúde da nação Yanomami.

Para fecharmos este esboço de provocação acerca da reiteração das expressões da "questão social" na "Amazônia", tendo a exploração mineral como eixo axial de análise, exploração que não prescinde do aval estatal, destacamos mais uma atividade minerária em curso na região. Trata-se da uma nova proposta de exploração mineral no Amazonas, na região de Autazes.

Há grande pressão por parte da Potássio do Brasil, para que a empresa faça a exploração nas terras dos Mura. Setores ligados aos movimentos sociais indígenas vêm denunciando o risco de morte desse grupo étnico. A questão tem ganhado contornos polêmicos, pois envolve a participação da Universidade Federal do















Amazonas (UFAM), que assinou um Protocolo de Intenções, sem que houvesse participação expressiva da comunidade acadêmica. Ademais, o discurso presente em seus apologetas, tem íntima relação com discursos, de outras empresas minerárias já lançados em outras localidades da região e que não tem demonstrado na realidade objetiva o que se apregoa. Diz-se do discurso de desenvolvimento com sustentabilidade.

Conforme publicado em 27 de março de 2023, na plataforma da UFAM:

[...] A Potássio do Brasil, subsidiaria da Brazil Potash, pretende extrair da mina de Silvinita em Autazes o fertilizante cloreto de potássio, após a obtenção da Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), dentro do processo de licenciamento ambiental para o início das obras para atingir o minério que está a 800 metros de profundidade e a planta de processamento, bem como a estrada de ligação ao porto que também será construído próximo à Vila de Urucurituba. Atualmente, a Potássio do Brasil já possui a Licença Prévia (LP) para implantar o Projeto Potássio Autazes [...] (UFAM, 2023).

O caso da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho/PA e da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (Arqmo), também no estado do Pará, são uma radiografia do está por vir.

Como se pode ver, mais uma vez o capital com sua ardilosidade peculiar e tendência comum, subverte as relações sociais arregimentando para seu núcleo duro as forças necessárias ao seu desenvolvimento último: manter as taxas de lucro.

4 CONCLUSÃO

As reflexões produzidas neste estudo, voltaram-se para destacar a reiteração dos processos de exploração mineral enquanto expressões da "questão social na Amazônia brasileira. Toma como questão norteadora, ainda, a ênfase no trato de que tanto esses processos, quanto outras frentes de exploração/expropriação, corroboram para o acirramento da luta de classes na região em que o Estado













brasileiro desempenha uma função essencial como mediador dessa reiteração de lutas.

Por fim, deixa-se margem para que nossos interlocutores se sintam provocados a aprofundar o conhecimento sobre esta questão premente com vistas à transformação desta sociabilidade na perspectiva da emancipação humana.

Abaixo uma reflexão para mantermos acesa a chama da esperança...

Minas não tem mar. Mas fizeram dois mares de lama nas minas. Cadê minha casa que estava aqui? Cadê meu boi, meu cavalo? Cadê meu cachorro? Cadê meu pé de mamão? Meu carrinho de mão? Cadê meu pé de limão? Cadê meus livros? Cadê meu arroz, o feijão? Cadê meu colchão? Cadê meu pai, minha mãe, meus irmãos? A lama levou...

A lama levou minha vida, Meus sonhos, Meu porto seguro, Meu chão. Não foi a lama, não! Foi o homem que fez a lama, que jogou Mariana e Brumadinho no chão.

Tingiu de marrom as águas do meu Rio Doce, Coloriu de terra meu Paraopeba, Vai

tingir meu Velho Chico. Vai calar a voz dos passarinhos, Matar os peixes... Que será de mim? Quem devolverá tudo que levaram de mim?

(Autor desconhecido. In: MAB, 2019.)

REFERÊNCIAS

ARCHANJO, Elaine Cristina Oliveira Farias. **Oriximiná terra de negros**: Trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013). 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

BBC *News.* **Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo. Acesso em 20 de jun. 2023

CANTO, Otávio do. **Mineração na Amazônia**: Assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: Numa/UFPA, 2016.

CASTRO, J. R. As commodities e seu impacto na economia do Brasil. **Nexo**, [S. I.], 2016. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/explicado. Acesso em: 3 mai. 2018.













GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2º edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia)

HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. Mineração na Amazônia brasileira: Aspectos da presença e avanço do capital na região. **Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão**, v. 23, n. 1, 2019.

HAURADOU, Gladson Rosas. "Questão social" nas "Amazônias": Faces da expropriação, violência e pauperização. In: HAURADOU, Gladson Rosas; RIBEIRO, Patrício Azevedo; ALVARADO, Mariangel Sánchez. "Questão social" e serviço social/Trabajo social nas "Amazônias" e América Central: Contradições e estratégias de enfrentamento sob a lógica do capital. Curitiba: CRV, 2021. 338 p.

HAURADOU, Gladson Rosas. **O avesso da saúde sob o véu minerário amazônida**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G. da; FIALHO NASCIMENTO, N. S. Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, [S. I.], v. 11, n. 1, p. 173-187, 2019. DOI: 10.18315/argumentum.v11i1.22671. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/22671. Acesso em: 9 maio 2021.

LIMA, Araújo. **Amazônia**: a terra e o homem. 5 ed. Manaus: Secretaria de Cultura/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Lucro não vale a vida: Análise do MAB sobre o crime da Vale em Brumadinho/MG. São Paulo: MDA Comunicação, 2019.

MAIA, Maiana; MALERBA, Julianna. **A mineração vem aí... e agora?** Um guia prático em defesa dos territórios. Rio de Janeiro: Fase / Poemas, 2019. Série Mineração: Para Quê? Para Quem? Caderno 1.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Geografias de exceção na Amazônia: Grandes projetos de mineração e seus processos de territorialização. **Ciência Geográfica**, Bauru, XXIV, v. XXIV (3): jan./dez. 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_x xiv 3-36.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Mineração versus comunidades tradicionais extrativistas no extremo oeste do Pará**: Deterioração de igarapés, lagos e corte de matas e castanheiras. Disponível em:











http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mineracao-versus-comunidades-tradicionais-extrativistas-no-extremo-oeste-do-para-deterioracao-de-igarapes-lagos-e-corte-de-matas-e-castanheiras/. Acesso em: 14 out. 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: Identidade e Alienação. ed. 16. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: NETTO, J. P. (org.) O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100012. Acesso em: 4 ago. 2018.

PORTAL AMAZÔNIA. **Um ano depois, massacre de Pau D'arco, no Pará, tem 13 indiciados**. Manaus, 2018. Disponível em: http://portalamazonia.com/noticias/um-ano-depois-massacre-de-pau-darco-no-para-tem-13-indiciados. Acesso em: 27 mai. 20.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala**. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala. Acesso em: jun. 2020 [2009].

REES, William. "**Primeiras nações**": As populações nativas do Canadá (Artigo). Tradução de Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: Café história – história feita com cliques. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/primeiras-nacoes-canada/. Publicado em: 7 nov. 2018. Acesso em: 6 dez. 2018.

RIBEIRO, Patrício Azevedo; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. QUESTÃO INDÍGENA NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMAZÔNIA E INTERVENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: lutas sociais e reconhecimento de direitos. In: HAURADOU, GLADSON ROSAS; RIBEIRO, Patrício Azevedo; ALVARADO, Mariangel Sánchez. "Questão Social" e Serviço Social/Trabajo Social nas "Amazônias" e América Central: contradições e estratégias de enfrentamento sob a lógica do capital. Curitiba: CRV, 2021. 338 p.

SAKAMOTO, L. Triste herança. **Repórter Brasil**, São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.reporterbrasil.com.br/exibe. Acesso em: 23 jul. 2018

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.







APOIO







TEIXEIRA, J. B. A assistência social na Amazônia. **Serviço Social e Sociedade**, ano XIX, n. 56, 1998.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Ufam e Potássio do Brasil selam acordo para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Autazes. Disponível em: https://ufam.edu.br/noticias-destaque/4660-ufam-e-potassio-do-brasil-selam-acordo-para-contribuir-com-o-desenvolvimento-socioeconomico-e-ambiental-de-autazes.html. Acesso em: 27 mar. 2023.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Barragens de mineração na Amazônia**: O rejeito e seus riscos associados em Oriximiná. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021. Estudos; 1.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia brasileira**. In: e-cadernos CES, n.17, 2012, p. 56-84

VERBETES.CETEM. Mineração de manganês deixa passivo socioambiental em Serra do Navio (AP). Rio de Janeiro: CETEM, 2012. Disponível em: www.verbetes.cetem.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2018.













O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM UBS: uma abordagem sobre a gravidez na adolescência em Parintins-Am

Dayana Feitosa Picanço Greyssy Kelly Araujo de Souza

RESUMO

As causas que levam adolescentes a engravidar precocemente são motivos de preocupações para uma comunidade, tratando-se de uma questão de saúde pública e problema social. Uma análise sobre o assunto contribuirá para uma futura elaboração de estratégias para a resolução do problema. A pesquisa engloba o trabalho do/da assistente social na atenção básica a saúde em UBS's do município de Parintins-AM, analisando o enfrentamento da gravidez precoce nessas UBS's, descrevendo as atribuições e competências do Assistente Social no enfrentamento da gravidez precoce nas UBSs, mapeando ações das Assistentes Sociais quanto a orientações e acompanhamentos de adolescentes grávidas no município de Parintins-AM. Constatando-se que o profissional Assistente Social possui um papel importante nos serviços prestados a adolescentes puérperas, uma vez que contribui para o bem estar das adolescentes durante este ciclo, assegurando os direitos à proteção social e acesso aos serviços sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Gravidez na Adolescência. UBS. Amazônia.

ABSTRACT

The causes that lead teenagers to get pregnant early are reasons for concern for a community, as it is a public health issue and a social problem. An analysis on the subject will contribute to a future development of strategies to solve the problem. The research encompasses the work of the social worker in primary health care at UBS's in the city of Parintins-AM, analyzing the confrontation of early pregnancy in these UBS's, describing the duties and competences of the Social Worker in coping with early pregnancy at the UBSs, mapping the actions of Social Workers regarding guidance and follow-up of pregnant teenagers in the city of Parintins-AM. Noting that the professional Social Worker has an important role in the services provided to adolescent mothers, as it contributes to the well-being of adolescents during this cycle, ensuring their rights to social protection and access to social services.

Keywords: Social Work. Pregnancy Adolescence. UBS. Amazônia.

1 INTRODUÇÃO



PROMOCÃO









A gestação não planejada na adolescência pode resultar de inúmeros fatores, dentre eles a falta de conhecimento da adolescente sobre planejamento familiar, saúde, maternidade na adolescência, bem como de acesso a métodos contraceptivos eficazes. Estes fatores precisam ser objetos de ação de equipes multiprofissionais, com o intuito de construir uma intervenção integrada e mais completa no apoio as jovens gestantes e na prevenção da gravidez na adolescência. Dentre os profissionais presentes em equipes multiprofissionais na área da Saúde Coletiva está o assistente social que, enquanto profissional de saúde, pode trazer para o centro do debate um olhar mais crítico que busca compreender as particularidades históricas, sociais e territoriais que permeiam a gravidez na adolescência.

A Atenção Básica do Sistema único de Saúde, funciona como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É na Atenção básica que inúmeras ações vêm sendo realizadas para de acompanhamento e atenção a adolescentes grávidas por diversos profissionais, dentre eles assistentes sociais.

No Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), as assistentes sociais compõem a equipe multiprofissional trabalham de forma integrada no apoio as equipes da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as ações realizadas, que não são exclusivas desse profissional, que se direcionam ao apoio institucional e/ou matricial estão: a análise e intervenção sobre riscos e vulnerabilidades; o apoio à informações e indicadores de saúde; a organização do processo de trabalho que se refere ao acolhimento, cuidado, ações coletivas, gestão; a articulação com outros pontos de atenção da rede; a educação permanente; a utilização de dispositivos de gestão do cuidado, entre outros (BRASIL, 2017).

O presente artigo é fruto dos dados levantas através do estudo de Picanço (2022) para a realização do trabalho de conclusão de curso de Serviço Social, no













Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), orientado pela professora Dra. Greyssy kelly Araujo de Souza. Com o objetivo de analisar o trabalho do Assistente Social no enfrentamento da gravidez precoce em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Parintins-AM, pretendeu conhecer sobre o debate da gravidez precoce no município de Parintins-AM e qual o trabalho realizado por Assistentes Sociais no enfrentamento da gravidez precoce em UBS no município de Parintins-AM.

A pesquisa de campo de Picanço (2022) desenvolveu-se na atenção básica de saúde em 02 (duas) Unidades Básicas de Saúde (UBS), UBS Tia Léo e a UBS Waldir Viana, entre outubro e dezembro de 2022. Utilizou de entrevista com profissionais atuantes em ambas as unidades básicas de saúde, além da de dados secundários sobre o registro de adolescentes grávidas através do Sistema de Informação de Dados municipal, sistema PEC, dos anos de 2020 a 2022.

Para apresentar a discussão, o presente artigo apresentará a) a adolescência, gravidez precoce e o trabalho do assistente social; b) o trabalho do assistente social diante da gravidez precoce nas UBS em Parintins-AM e por fim, trazendo as considerações finais onde apresenta a importância do trabalho em equipes multidisciplinares e que atuar diante da gravidez na adolescência requer acompanhamento e prevenção vida informação e educação sexual junto as adolescentes.

2 A ADOLESCENCIA, GRAVIDEZ PRECOCE E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Nas últimas décadas a atenção à saúde do adolescente vem como um importante desafio para a organização dos serviços de saúde e para a sociedade. Inserida no contexto mundial de consolidação dos direitos humanos, a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 estabelecem uma base sólida para o desenvolvimento de políticas para a juventude no Brasil.











De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera-se adolescência a faixa etária compreendida entre os 12 e 18 anos. O ECA e a Constituição Federal Brasileira (1988) adotaram o princípio da proteção integral às crianças, previsto na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1989), determinando como dever do Estado, da família e da sociedade, proteger as crianças e os adolescentes (BRASIL,1990). Em 21 de dezembro de 1989, através da portaria nº 980/GM, o Ministério da Saúde criou o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), que se fundamentou numa política de promoção de saúde, identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos com tratamento adequado e reabilitação, respeitando as diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidas pela Constituição Brasileira de 1988. O PROSAD foi substituído mais tarde pela Área de Saúde do Adolescente e do Jovem (ASAJ).

No Brasil, pela pesquisa realizada em 1996 pela Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BENFAM), cerca de 33% das jovens abaixo de 17 anos já tinham estado gravidas e 10% delas já tinham dois filhos. De acordo com informações divulgadas pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 1 em cada 7 bebês é filho de mãe adolescente. A cada hora, nascem 48 bebês no Brasil de gestações na adolescência (FEBRASGO, 2019).

A gravidez na adolescência é apontada pelos profissionais de saúde, educação e áreas sociais como problema que aumenta com a diminuição da idade. A gravidez precoce induz a um ciclo vicioso de pobreza e baixa escolaridade (UNICEF, UNFPA 2017). No Brasil a situação é de:

A taxa mundial de gravidez adolescente é estimada em 46 nascimentos para cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos, enquanto a taxa, na América Latina e no Caribe, é estimada em 65,5 nascimentos, superada apenas pela África Subsaariana, segundo o relatório "Aceleração do progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe". Quando consideramos apenas o Brasil, essa taxa se eleva para 68,4. (ONU BRASIL, 2018)





APOIO





O impacto adverso da gravidez precoce emerge de forma mais clara quando se examina a relação entre educação, pobreza e maternidade precoce. Os autores Henriques, Silva, Singh e Wulf (1989) apresentam alguns dados na direção do exame dessa relação. De acordo aos autores, adolescentes cuja renda familiar se classifica entre as mais pobres (¼ de salário-mínimo) quase não têm nenhuma chance de completar o 2º grau após o nascimento de um filho. Esta é uma situação delicada pois, 24% dessas adolescentes tiveram de 5 a 8 anos de escolaridade, mas somente 2% prosseguiram sua educação após o nascimento do filho. Entre as que tiveram um filho antes dos 20 anos, apenas 23% haviam estudado além da 8º série, enquanto as que não deram à luz, 44% estudaram além da 8º série.

Uma multiplicidade de causas tem sido relacionadas à gravidez na adolescência por vários autores: (RIBEIRO, 2000 GUIMARÃES, 1988; CHAVES,1999), entre elas: diminuição da idade da menarca; iniciação sexual cada vez mais precoce; falta ou inadequação das informações quanto a sexualidade e aos métodos contraceptivos; não utilização de métodos por receio que seus pais descubram que está tendo relações sexuais; ocorrência da gestação na adolescência em familiares e pessoas próximas como modelos sociais, entre outros.

Estes diversos fatores nos fazem compreender que o fenômeno gravidez na adolescência requer um olhar especializado dos profissionais que atuam diante desta expressão da questão social. Desta forma, é possível qualificar os processos de trabalho, conhecer para poder intervir, evitando interpretações superficiais e, por conseguinte, respostas profissionais superficiais e/ou ineficazes.

Segundo Sousa (2008), o Assistente Social atua nas políticas públicas ligadas ao social, conhecidas como "funções terminais", o conceber e o planejar eram feitos por outras profissões, e para o Assistente Social somente executar, de forma direta, então a "clássica separação entre trabalho intelectual (quem pensa as políticas sociais) e trabalho manual (quem executa as políticas sociais)", pensando assim o serviço prestado pelo profissional era apenas prático e hoje esse ponto de vista mudou. Assim, o trabalho do Assistente Social na Atenção Básica é de grande relevância no âmbito do cuidado e acompanhamento nos serviços tendo um papel a cumprir que são as ações e os serviços de saúde.













A equipe de saúde identifica situações adversas e/ou necessidades da comunidade e promove o processo de programação e planejamento local das ações estratégicas, no sentido de promover mudanças positivas na realidade encontrada. Para que essas ações sejam efetivas, espera-se que os profissionais compartilhem o conhecimento sobre as características e os determinantes do processo saúde-doença da população, e criem, com isso, o vínculo entre o serviço de saúde ou seja entre os profissionais e a comunidade atendida. (ANDRADE et al., 2016).

O planejamento (PAIM, 2006) é um caminho de escolha do gestor para a condução das organizações e instituições públicas e privadas. Nesse sentido, o planejamento pode ser entendido como um processo de transformação de uma situação para outra, considerando-se a finalidade, utilizando-se de instrumentos ou meios de trabalho (técnicas e saberes) e atividades (trabalho propriamente dito), e sob determinadas relações sociais inerentes a cada organização.

Diante deste debate, é importante destacar que as Equipes Multidisciplinares em saúde têm um papel fundamental na orientação de adolescentes. Em especial pelo trabalho desenvolvido no sentido de informa-los sobre sexualidade, métodos contraceptivos, ofertando uma assistência pré-natal e puericultura de qualidade, orientando individualmente nas consultas, incluindo a família sempre que possível e fazendo grupos para educação permanente, observando assim a importância da abordagem em educação sexual dos adolescentes.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DA GRAVIDEZ PRECOCE NAS UBS EM PARINTINS-AM

Sobre o cenário do Município, de acordo com a Secretária Municipal De Saúde (SUSAM), na rede pública de saúde, as políticas de planejamento familiar em nível da assistência, incluem o comportamento e orientação de adolescentes com histórico de gravidez precoce, também são desenvolvidas ações como a implantação de DIU de cobre oferecida após o parto ou abortamento.







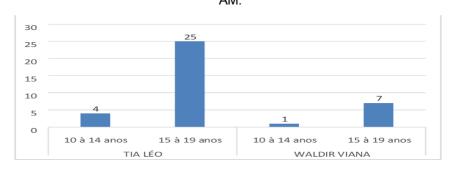




Segundo a SUSAM, a realidade na região norte é que no Amazonas das mães com idades entre 10 a 14 anos, a maior incidência de gravidez precoce foi na faixa etária de 15 a 19 anos. Houve o total de 7.541 registros de nascimentos de janeiro a julho de 2022, que representa 23% do total de parto do estado.

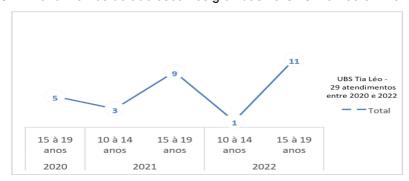
Em Parintins-AM, com base no Relatório da Secretaria Municipal de Saúde de o retrato da gravidez na adolescência é o seguinte:

Gráfico 01: Total de atendimentos de adolescentes grávidas por UBS entre 2020 e 2022, Parintins-AM.



Fonte: Base de dados da Secretaria de Saúde de Parintins-AM, 2022.

Gráfico 02 - Atendimentos de adolescentes grávidas na UBS Tia Léo em Parintins-AM



Fonte: Base de dados da Secretaria de Saúde de Parintins-AM, 2022.



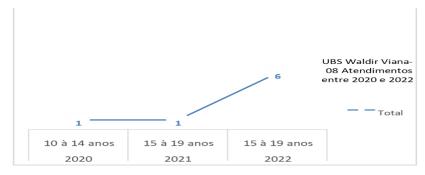








Gráfico 03 - Atendimentos de adolescentes grávidas na UBS Waldir Viana em Parintins-AM.



Fonte: Base de dados da Secretaria de Saúde de Parintins - AM, 2022.

Sobre os dados da gravidez precoce em Parintins-AM, pudemos observar que tanto a UBS Waldir Viana quanto a UBS Tia Léo apresentaram aumento significativo de adolescentes grávidas entre 2020 e 2022. No Gráfico 01 vemos em ambas UBSs do total de atendimento das adolescentes gravidas a maior frequencia de idade é de 15 a 19 anos.

De acordo com o estudo realizado por Picanço (2022), observando o cotidiano na Unidade Básica de Saúde e a sua progressiva demanda foi constatado o crescimento do número de adolescentes gestantes no Município Parintins, dado esse que tem se mostrado crescente não só no referido município, mas também vem atingindo todo país.

Tal realidade nos mostra que essa faixa etária está solicitando medidas e ações interventivas em caráter de urgência, pois se sabe que é durante essa idade que muitas transformações acontecem na vida de cada uma dessas adolescentes, como: mudanças no corpo e hormonal, nova maneira de compreender a realidade a sua volta, fase de amadurecimento, transição da infância para a fase adulta, entre outros aspectos.

> Um dos maiores desafios do assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir proposta de trabalhos criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas, sendo agente propositivo e não apenas executivo. O profissional de Serviço Social tem que conhecer a realidade para poder intervir, sendo um profissional criativo e propositivo. Deve propiciar rodas de conversa para











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

conhecer melhor essas adolescentes, devendo incluir os meninos, para que todos fiquem cientes das diversas questões sociais que permeiam quanto a gravidez na adolescência. Deve também fazer encaminhamentos para poder articular com outras redes, incluindo os mesmos em políticas públicas para sanar as dificuldades existentes, o profissional assistente social deve construir sugestões criativas, que admitam a efetivação dos direitos de acordo com a realidade existente. (IAMAMOTO, 2011, p.20)

As Assistentes Sociais descrevem seus papeis junto à equipe multiprofissional, ficando responsáveis por mediar o acesso da população aos seus direitos sociais e realizar os primeiros passos de inserção das gestantes aos programas vigentes, ambas indicam que as orientações sejam individuais ou familiares são pertinentes. De acordo a relatos de profissionais entrevistadas por Picanço (2022), as assistentes sociais descrevem que "a importância é conversar junto com a adolescente e com a família realizar as orientações sobre os seus direitos e apoios. " (Dados de pesquisa de Picanço em 2022). Ou seja, o trabalho vai além de somente a adolescente, mas é preciso trabalhar a sua rede de apoio familiar.

O trabalho do Serviço Social funciona como área estratégica na atenção em relação as principais demandas que o assistente social recebe na unidade por parte dos adolescentes e sobre a gravidez na adolescência, foi perguntado qual fluxo das demandas na UBS. Sobre o seu trabalho, as entrevistadas responderam que as demandas chegam de diversas formas. Tanto as demandas diretas, quando há procura pelo setor de serviço social pelas adolescentes gravidas junto com suas famílias, quando também ocorre a identificação por parte de agentes comunitários que "realizam acompanhamentos domiciliares, e quando na visita ele detecta que tem alguma gravida na família, aí ele entra em contato com a família avisando que precisa ele se dirigir até a UBS, para ir à primeira consulta" (Dados de pesquisa de Picanço em 2022). Sendo neste momento que os assistentes sociais podem desenvolver trabalhos através de grupos com estas jovens.

Quando perguntadas sobre as ações e estratégias desenvolvidas junto as adolescentes grávidas, foi descrito que na cidade de Parintins-AM, desenvolvem "o agosto dourado que é o mês que intensifica o encontro com as grávidas no sentido de trazer um momento sempre junto à equipe multiprofissional, realizando atividades















como por exemplo rodas de conversas para orientações e de sorteios de brindes voltadas apenas para as gravidas" (Dados de pesquisa de Picanço em 2022). Esta é uma questão observada diante das falas das profissionais, pois não conseguimos perceber ações voltadas a adolescentes de modo geral pensando ações não apenas de acompanhamento, mas também de prevenção da gravidez na adolescência.

CONCLUSÃO

Refletimos neste artigo a importância das Equipes Multidisciplinares na orientação de adolescentes, em especial o trabalho desenvolvido por assistentes sociais que deve ser desenvolvida no acompanhamento das adolescentes gestantes, mas também deve se direcionar ao trabalho com a informação sobre contraceptivos e na conscientização e prevenção da gravidez precoce. Ou seja, a educação sexual é a forma mais correta de reduzir o número de gravidez que ainda ocorre nessa faixa etária, pois de acordo com autores pesquisados, a educação sexual constitui um fator determinante na prevenção da gravidez na adolescência.

A atenção primária nesse contexto é a porta de entrada através do sistema único de saúde (SUS) onde a maioria dos problemas das comunidades que ocorrem são inicialmente tratados nas unidades, que são as UBS's onde os atendimentos não especializados se qualificam como o primeiro contato para qualquer processo permanente de assistência sanitária, na qual o acesso da população deve ser constantemente estimulado, no sentido de tentar estabelecer um vínculo instituição e usuário.

Analisado o trabalho das assistentes sociais no enfrentamento da gravidez precoce, foi visto e observado que o processo tem como o objetivo trazer uma compreensão do profissional para que possa contribuir na conscientização de prevenção da gravidez na adolescência com relação aos riscos.

Em relação ao trabalho do Assistente Social em equipe multidisciplinar, tratamse de profissionais que são atuantes para a efetivação e qualitativa dos serviços, tendo papel mediador das relações constituídas entre usuários, instituições e política













de saúde capacitados, identificando os determinantes socioeconômicos do processo saúde-doença. Com isso, é de fundamental importância que os/as Assistentes Sociais conheçam a realidade para poder abordar sobre o assunto visando buscar maneiras de trabalhar através de palestras, ações, acompanhamentos nas áreas de abrangência, visitas domiciliares tanto para a adolescente quanto para a família, mostrando assim a importância das abordagens, quanto a gravidez precoce.

Nesse contexto o papel do Assistente Social na saúde é importante na luta pelos direitos da criança e do adolescente e no enfrentamento que abrange a gravidez precoce, também na atenção a adolescentes que já estão grávidas, mostrando a necessidade de articular as políticas públicas para enfretamento desta questão considerando que são variadas as determinações da gravidez precoce.

Por fim, o presente estudo tem o interesse e expectativa de provocar maior questionamento sobre a temática, uma vez que como vimos a taxa de adolescentes grávidas no estado do Amazonas e em Parintins-AM tem crescido nos últimos anos. Parintins-AM, por ser a segunda maior cidade do Estado precisa promover maior debate, capacitação e projetos que alcancem crianças e adolescentes, especialmente os que vivem em condições de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. R. et al. **Planejamento em saúde: um estudo sobre as reuniões de trabalho na Estratégia Saúde da Família**.2016.Disponível em:<www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2158&q=1 > Acesso em: 12 set. 2022

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço.

BERETA, Maria Isabel Ruiz et al. **A contextualização da gravidez na adolescência em uma maternidade de São Carlos/SP.** Revista eletrônica de Enfermagem (internet). 2011 jan./mar; 13 (1): 90-98. Disponível em:https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v13/n1/pdf/v13n1a10.pdf. Acesso em: 05 out 2022

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Lei no 8.069. D.O.U. 13 de julho de 1990, Brasília, 1990.













BRASIL, Ministério da Saúde. **Política nacional de Atenção Básica**. Brasília; 2017. In: http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-doministro/16247portarian-2-436-de-21 -de-setembro-de-2022. Acesso em: 6 de dezembro de 2022.

BRASILIA:MS, 2006. 3. BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA – UNICEF e o Fundo de População das Nações Unidas. - UNFPA. **Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas** / Benedito

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. Editora Cortez: São Paulo. 23. ed. 2011.

QUEIROZ, I.N.B. et al. **Planejamento Familiar na Adolescência na Percepção de Enfermeiras da Estratégia Saúde da Família**. Rev. Rene, v. 11, n. 3, p. 103-113 jul./set.2010

RODRIGUES, A. P. et al. **A adolescência**. Revista Femina, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 241-46, mar. 1993.

RIBEIRO, E.C.O.; MOTTA, J.I.J. **Educação permanente como estratégia na reorganização dos serviços de saúde**. Divulgação em Saúde Para Debate, n.12, p.3944, jul. 1996.

SAÚDE, B. V. (s.d.). **Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia**. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: https://bvsms.saude.gov.br/semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia01a-08-02.

SUS, D. T. (fev de 2020). **Informações de saúde**. Fonte: DATASUS- Tecnologia da Informação a Serviço do Sus: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvam.def.













QUESTÃO SOCIAL E VELHICE NO CONTEXTO AMAZÔNICO: enfoque sobre o

município de Parintins

Leiliane Amazonas da Silva Amanda Maciel Batista

RESUMO

Este trabalho reflete sobre expressões da questão social e velhice no município de Parintins, Amazonas, município que comporta 3,66% da população idosa do Estado. Uma população que junto aos demais segmentos da sociedade é atingida pelos efeitos do desenvolvimento do capitalismo na região e que avança promovendo inúmeras desigualdades sociais. A população idosa em Parintins encontra poucas possibilidades em termos de políticas públicas, no entanto dado aos hábitos e crenças e dos elementos que consideram para a vivência da boa velhice atrelado às práticas sociais conseguem dispor de uma velhice bem sucedida. No entanto, entende-se que o sucesso na velhice requer efetividade de políticas que garantam qualidade de vida, especialmente na velhice.

Palavras-chave: Velhice. Questão social. Políticas públicas.

ABSTRACT

This work theoretically reflects on expressions of the social issue and protection of old age in the municipality of Parintins, Amazonas, a municipality that comprises 3.66% of the elderly population in the state. A population that, along with other segments of society, is affected by the effects of the development of capitalism in the region and that advances promoting numerous social inequalities. The elderly population in Parintins finds few possibilities in terms of public policies, however, given the habits and beliefs and the elements they consider for the experience of good old age linked to social practices, they manage to have a successful old age. However, it is understood that success in old age requires the effectiveness of policies that guarantee quality of life, especially in old age.

Keywords: Old age. Social issues. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Estudos acerca do envelhecimento revelam que o desenvolvimento tecnológico com significativas melhorias na área da saúde e consequentemente a redução da taxa de natalidade e de mortalidade infantil, a expectativa de vida humana















aumentou em todos os países do globo, caracterizando esse processo natural como um fenômeno mundial. Entretanto, o contexto, do lugar que as pessoas ocupam na sociedade, as condições de vida e de sociabilidade, segundo Beauvoir (1990) refletirá na forma como o indivíduo envelhece e como será surpreendido pela velhice.

Nesse entendimento, este trabalho apresenta uma discussão teórica acerca da questão social e da velhice no município de Parintins, considerando fatores que interferem diretamente na vivência da boa velhice, analisando a peculiaridade do município enquanto parte do contexto amazônico que, por sua vez, pressupõe vasta particularidade que influencia nos modos e nas condições de vida de quem nesse espaço habita.

Faz-se uma abordagem sobre a compreensão da velhice na sua diversidade à luz da teoria, e posteriormente discorre-se sobre expressões da questão social derivadas das contradições presentes nas relações estruturais do desenvolvimento capitalismo na região amazônica, assim como acerca dos serviços ofertados pelo poder público enquanto forma de enfrentamento e promoção de bem estar e qualidade de vida na velhice.

2 COMPREENDENDO A VELHICE

O envelhecimento do ser humano configura-se como fenômeno universal, o qual tem acorrido de forma acelerada no mundo. É um processo de mudança natural e peculiar de cada indivíduo, o que o caracteriza como singular e heterogêneo.

Para Faleiros e Loureiro (2006), a heterogeneidade é dada pelas múltiplas dimensões do envelhecimento. Igualmente, Goldman (2009) o aponta como um fenômeno complexo com características variadas que percorre toda história da humanidade, razão pela qual análises precisam percorrer por diversas disciplinas haja vista aspectos culturais, temporais e espaciais que o tornam complexo.

A velhice por sua vez, enquanto resultado desse processo complexo e multidimensional é possível de ser analisada e compreendida se considerarmos















também suas múltiplas feições, pois conforme Beauvoir (1990), ela é multideterminada e possui aspectos irredutíveis uns aos outros. Na compreensão da autora, a velhice.

[...] é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo, e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural, na sua velhice como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence. O que torna a questão complexa é a estreita interdependência desses diferentes pontos de vista (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

Os aspectos mencionados confirmam a heterogeneidade do envelhecer e da velhice, impossibilitando uma única definição. Como explica Beauvoir (1990, p. 345) "a velhice é o que acontece com as pessoas quando ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito, ou mesmo numa noção". Entretanto, existem concepções que segundo Belato (2009), são provenientes da nomeação das pessoas idosas nas diferentes culturas, as quais mesmo não expressando diretamente a condição social delas, apresentam claros traços dessa condição, conforme explicitado abaixo:

Na cultura latina, que recolheu importante contribuição da cultura grega, a nomeação dos velhos exprime em substantivos e adjetivos, a diversidade de sua condição social: velhice, senectude, senilidade, decriptude; velho, senil, decrépto, veterano, vetusto, idoso, veterado (inveterado). Alguns adjetivos latinos, que não tem exata transposição em português, são muito ricos semanticamente; veterosus: letárgico, adormecido, inativo, languido ; veternus; velho, antigo, colhido pelo marasmo, entorpecido, inerte, apático; veteratorius: fino, finório manhoso, matreiro, hábil (nas manhas); veterarium: onde se envelhece o vinho ou onde se guarda o vinho envelhecido (IDEM, p. 20).

No teor de alguns termos elencados acima, encontra-se imbuído o sentido negativo à condição da pessoa idosa. Sentido este, como pode-se perceber, também provém de uma herança cultural e histórica onde as ideologias da velhice podem













expressar significados distintos, dentre os quais, os que demarcam aspectos incoerentes. Assim, valores culturais também influenciam na representação equivocada da velhice.

Relações de prestígio e de poder sempre foram preponderantes nas sociedades antigas, e isso atrelado a questão de gênero colocava a mulher numa condição social desprivilegiada. As pessoas idosas pobres eram destituídas de todo tipo de prestígio, socialmente não tinham representação, eram invisíveis aos olhos da sociedade, como postula Beauvoir (1990) em sua análise sobre a condição de mulheres idosas nas sociedades históricas. Segundo a autora,

[...] até o século XIX, nunca se fez menção aos "velhos pobres"; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. A velhice não é uma certa medida desvendada, senão no seio das classes privilegiadas. Um outro fato salta aos olhos: trata-se aí de um problema de homens. Enquanto experiência pessoal, a velhice concerne tanto a eles quanto às mulheres, e mesmo mais ainda a estas últimas, pois vivem mais tempo. Mas quando se faz da velhice um objeto de especulação, considera-se essencialmente a condição dos machos. Primeiro, porque são eles que se exprimem nos códigos, nas lendas e nos livros; mas sobretudo, porque a luta do poder só interessa ao sexo forte (BEAUVOIR, 1990, p. 111).

Nessa relação de poder, pessoas idosas de classe social não abastadas não possuíam visibilidade embora fossem pouco numerosas, até porque a experiência da velhice se realizava nas pessoas com maior poder aquisitivo, e isso as possibilitavam melhores condições de envelhecer. Por isso a autora ressalta a importância de se examinar o lugar destinado às pessoas idosas, e a representação que se faz em diferentes tempos e lugares, pois para ela é a luta de classes que vai determinar a maneira como o indivíduo vai ser surpreendido pela velhice.

Assim, ao situarmos a velhice no contexto amazônico há que se considerar também elementos socioculturais, políticos e econômicos que compõem o espaço cujos reflexos são oriundos do seu processo de formação e que traduzem modos vida de seus habitantes, inclusive na forma como cada pessoa envelhece e vivencia a sua velhice. Na Amazônia essa condição de existência se expressa nos indígenas, nos















negros, nos quilombolas, nos ribeirinhos, nos brancos entre outros indivíduos dentro de marcadores que revelam a sociodiversidade existente.

Cada segmento ou grupo destes possui formas de organização social relações de trabalho específicas, crenças, valores e elementos culturais com características peculiares. Fato que nos remete a Goldman (2009) que ao elucidar a importância das dimensões culturais, sociais e políticas do envelhecimento, aponta a velhice como,

[...] um fenômeno histórico, social e cultural, enfim, multifacetado e multidisciplinar. Perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e só pode ser compreendida em determinados tempos, espaço, classe social, relações de gênero e de etnia, dentre outras variáveis (p. 28).

Nesse viés, podemos dizer que as expressões da velhice na Amazônia se traduzem a partir da realidade local onde coexistem adversidades e formas de proteção social que vão impactar nos modos e na qualidade de vida das pessoas. Alguns habitantes poderão ter condições para envelhecer com qualidade, outros não terão essa mesma oportunidade.

De acordo com Silva (2012), a questão social no cenário Amazonense não se manifesta somente na desigualdade social, mas numa questão política que perpassa as relações de classe no desenvolvimento da produção capitalista. Compreende-la requer um esforço para desvela-la dentro da estrutura da sociedade, pois segundo lanne (1992, p.92), "a questão social mescla, aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos". Soma-se a isso, os aspectos geracionais.

Diz-nos Beauvoir (1990) que nas sociedades históricas as imagens que se criavam sobre as pessoas idosas eram forjadas e a classe dominante assistia com indiferença todos os seus dramas. E essa indiferença para com os mais velhos nessas sociedades era tão evidente que:

[...] seus esforços para socorrer os velhos pobres foram sempre irrisórios. A partir do século XIX, esses velhos tornaram-se numerosos, e ela não pôde ignorá-los. Para justificar sua selvagem indiferença, foi obrigada a















desvalorizá-los. Mais que o conflito de gerações, foi a luta de classes que deu à noção de velhice sua ambivalência (p. 263).

Na sociedade capitalista contemporânea, designações têm sido criadas com a perspectiva de suavizar nos discursos produzidos os estigmas que à população idosa são atribuídos no cotidiano. Algumas designações, dentre as quais, a "terceira idade", são meramente tendenciosas na afirmação do valor da juventude que, por sua vez, apresenta-se no escopo das relações capitalistas como estilo de vida mais adequado (DEBERT, 2009; DEBERT 2012; TEIXEIRA, 2008 e PAIVA, 2014).

Todavia, em se tratando de sociedade capitalista, é importante fazermos uma ressalva no que diz respeito à valorização da juventude e consequentemente a negação da velhice, pois conforme Paiva (2014), essa valorização só se realiza enquanto força de trabalho e consumo de mercadoria. Segundo a autora, há realmente um tributo à juventude, mas a juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital.

Ante ao exposto, a compreensão da velhice requer a quebra de estereótipos criados e recriados socialmente. Entende-la solicita esforço para desvela-la a partir das condições de existência de cada indivíduo ou grupo considerando ainda formas de proteção social à essa condição humana.

2.1 Questão social e a vivência da velhice em Parintins

Parintins é município localizado na sub-região do Baixo Amazonas e contém uma estimativa de 115 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo, 2010). Dessa estimativa, 7.153 referem-se ao quantitativo de pessoas consideradas idosas, tendo como base para essa categorização a Lei 10.741/2003, o qual considera idoso indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

IBGE tem alertado que no Brasil há predominância maior de mulheres idosas atualmente, ou seja, sobrepondo-se aos homens, as mulheres possuem maior expectativa de vida. Inclusive, os dados enunciados por Souza (2012) em seu estudo,













apontam que no Estado do Amazonas também há predominância maior de mulheres idosas, havendo apenas uma invertida no tocante ao índice de homens e mulheres idosas residentes na zona urbana e na zona rural, pois na zona rural do Estado há prevalência maior homens idosos.

As informações apresentadas pela autora são da contagem da população referente ao ano de 2007, as quais também revelaram que a população idosa de Parintins representava 3,66% do total de idosos do Estado do Amazonas. Da mesma forma, na zona urbana havia a predominância maior de mulheres idosas, e na zona rural de homens idosos nesse período. Mas, no tocante a Parintins, de modo geral, os dados evidenciados pela autora mostraram que havia prevalência maior de pessoas idosas do sexo masculino em Parintins.

O IBGE Censo de 2010, aponta que a quantidade pessoas idosas atualmente residentes em Parintins corresponde a 7.153, sendo 70% residentes na área urbana e, 30% na área rural. E, em se tratando de gênero, é importante ressaltar que, das pessoas idosas residentes na área urbana, 48% correspondem ao sexo masculino, um índice menor em relação às mulheres idosas que é de 52%. Por outro lado, na zona rural da cidade 60% de idosos são do sexo masculino, e 40% do sexo feminino, o que mostra predominância maior de mulheres idosas na zona urbana de Parintins

Ao realizar um estudo sobre o cotidiano na velhice em Parintins, Silva (2016) destaca elementos que expressam a vivência da velhice nesse município. A autora entende que falar da velhice requer considerar as peculiaridades do lugar e do processo de envelhecer de cada habitante, pois como já foi mencionado a velhice se expressa em homens e mulheres pertencentes a ambientes diferenciados. Há velhices urbanas e velhices rurais.

Essa plural condição humana demanda atenção especial quando se trata de analisar suas condições de existência e as formas de proteção social engendradas, pois na região amazônica ocorreram e ainda ocorrem contradições sociais que são inerentes às relações de produção na sociedade capitalista que de acordo com













Scherer (2016) se traduzem na exploração do trabalho, na fome, na miséria e formas de violência.

Ao considerar tempo e espaço a autora destaca que o capitalismo na Amazônia assumiu diferentes formas de exploração que engendraram relações sociais e econômicas que repercutiram na vida cotidiana do índio, do caboclo, do ribeirinho e de outros segmentos que compõem a população da região. Inclusive, fatores econômicos, sociais e também naturais ainda são elementos influenciadores no despontar populacional para a zona urbana de Parintins.

A ineficácia ou ausência de políticas públicas voltadas para a população do campo são historicamente recorrentes, hoje a educação básica ainda que precária já se faz presente em comunidades rurais, no entanto a história da educação sinaliza que nem sempre as pessoas tiveram acesso à educação formal, a esse fator dar-se o índice de analfabetismo de pessoas idosas.

Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, no Brasil, Mais de 11 milhões de brasileiros são analfabetos, sendo mais da metade pessoas com 60 anos ou mais. Na região norte o índice é de 25,50 %. Sousa (2011, p. 5), constata que:

"Em Parintins tomando como parâmetro o analfabetismo funcional, pessoas com menos de 4 anos de estudo, os idosos em média, sequer tinham obtido este nível mínimo de instrução: 2.638 idosos tinham no máximo o Fundamental incompleto. Este resultado é afetado pela elevada proporção de idosos de 2.548 idosos analfabetos ou analfabetos funcionais. Na zona urbana é percebido uma significativa diferença do nível de escolaridade dos idosos residentes na zona rural que possuem o menor nível de escolaridade, ou estando com fundamental incompleto ou mesmo analfabetos, o que indica um maior acesso à educação na zona urbana, provavelmente resultado dos programas federais de alfabetização de adultos, implementados nas duas últimas décadas, que ainda não estão presentes em comunidades rurais.

Deve-se lembrar que atualmente as pessoas possuem mais oportunidades de acesso aos níveis de instrução. Ao contrário de décadas passadas aonde nem todas as pessoas tinham acesso às políticas educacionais. Até finais da década de 1970 essa cidade era basicamente rural. A população rural, também, durante anos foi











alijada do direito a educação formal, pois até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional2 (LDB, 1996) - que aponta alguns propósitos de atenção educacional no campo - a educação não se configurava como política pública de Estado, tendo acesso somente os setores abastados da sociedade.

Para Teixeira (2008), a baixa escolaridade no Brasil está ligada a questão da pobreza também, sendo esse fenômeno muito alto entre as famílias que possuem pessoas idosas. Baseada na PNAD de 1997, a mesma pondera que 61% delas em condição de pobreza não chegam a completar o primeiro ano de estudo. De modo geral, os baixos níveis de escolaridade possuem inúmeros determinantes, tais como, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. E de acordo com Sousa (2012), nos dias atuais a ausência ou os baixos níveis de instrução podem contribuir com a exclusão social do indivíduo, sendo que numa sociedade moderna, mas excludente, saber ler e escrever, pode reduzir esse processo de exclusão.

Vale ressaltar, que a educação não consiste somente no único direito do qual as pessoas, para além das pessoas idosas, foram alijadas no decorrer dos anos no Brasil. Na verdade as iniciativas de atenção à população por parte do Estado, em períodos precedentes à década de 1980, não possuíam equivalência universal, eram pontuais, precárias

Sabe-se que a qualidade de vida pressupõe acesso à políticas públicas, principalmente que atendam as particularidades da nossa região, pois compreende-se que a Amazônia e suas sub-regiões vão além da biodiversidade. Silva (2016), em seu estudo identificou elementos que na concepção de pessoas idosas no município de Parintins constituem-se como determinantes da vivência da boa velhice.

Quadro 1 -Determinantes para a boa velhice na concepção de pessoas idosas

Mulheres	
- É preciso mais saúde;	Saúde
- Tem que cuidar da saúde;	
- Ter uma boa saúde;	Alimentação
- Boa alimentação, porque tudo tem limite;	
- Um pouco de paz, carinho, amor, união da família	Afetividade
e saúde.	

PROMOÇÃO











Homens	
-Cuidar da saúde, não beber cachaça porque isso	Saúde
estraga o corpo da pessoa;	
-Saúde em primeiro lugar;	Lazer
-Cuidado com a vida, saúde, lazer;	
-Ter pessoas pra gente conversar; tem que ter boa	Socialização
saúde. Não adiante ter dinheiro se não tem outras	
coisas que precisamos.	

Fonte: Silva (2016)

No Quadro exposto, o principal determinante elencado é a saúde, mas como é possível notar há também outros fatores como a alimentação, o cuidado, o lazer, a socialização e a afetividade. Se levarmos em conta que a boa velhice depende das condições de reprodução dos indivíduos na sociedade vamos ver que os determinantes elencados são elementos que se complementam. Para viverem bem as pessoas precisam ter saúde e para isso necessitam de alimentação e de serviços concernentes à promoção de bem estar, como: moradias adequadas, saneamento básico e condições financeiras.

No entanto, Parintins enfrenta sérios problemas de ordem estrutural e social sendo um dos principais a desigualdade social que se manifesta de várias maneiras a começar pela segregação espacial. Sousa (2011) destaca que quando o aumento da população urbana começou a se despontar, Parintins não estava preparada para atender todas as necessidades requeridas. Por conta disso, pessoas passaram a viver em condições de vida não dignas, morando em habitações à beira dos córregos poluídos, próximas à "lixões" de forma a comprometer sua saúde e o meio ambiente.

Ainda assim a oferta de serviços pelo poder público seja na área da saúde, da educação, da assistência social bem como geração de emprego e renda, habitação entre outros ainda são precários. O sistema de saúde pública, por exemplo, é frágil quanto a oferta de serviços essenciais, tais como especialidades médicas para doenças específicas, uma das razões pela qual as pessoas recorrem a medicina tradicional em busca de uma boa condição de saúde, ou recorrem aos serviços capital do Estado.











Destaca-se que saúde não é somente ausência de doença, para tanto a necessidade de investimento em políticas públicas que possibilitem qualidade de vida e consequentemente condições de saúde, como oferta de saneamento básico, mobilização, alimentação, renda, lazer etc. Tudo isso em prol de boa condição de saúde biopsicossocial, especialmente para pessoas idosas que nessa condição buscam em outras alternativas novas formas de sociabilidade, pois muitas já não participam do mercado de trabalho em razão da diminuição da capacidade funcional, física e cognitiva.

A busca por autonomia e independência faz parte da vida cotidiana dos velhos, seja através do trabalho manual ou de participação nos grupos de idosos pertencentes ao Programa de Atenção Integral ao Idoso de Parintins. Vale ressaltar que há casos em que a necessidade de trabalhar ocorre em razão de satisfação pessoal, por outro lado existem pessoas isentas de aposentadorias ou de benefícios que exercem atividades laborativas para satisfação de necessidades vitais suas e de seus dependentes.

O trabalho é o instrumento pelo qual se dá a satisfação das necessidades de subsistência dos indivíduos, e isso durante toda trajetória de vida. O que denota que as condições financeiras para a manutenção de subsistência das pessoas são proporcionadas através do trabalho. Por isso a questão financeira pode ser tomada como determinante da boa velhice, pois se o indivíduo não trabalha e não amealha recursos tem comprometida suas condições de subsistência.

Infelizmente sem planejamento Parintins cresceu de forma desordenada, e a administração pública deixou a desejar quando não acompanhou com responsabilidade esse crescimento, pois como foi dito, na medida em que a população de uma cidade vai aumentando, ela demanda ações e serviços que possam de forma equânime garantir condições de reprodução social adequadas.

No entanto, mesmo diante das inúmeras adversidades enfrentadas pela população idosa em Parintins, Silva (2016) destaca que pessoas idosas conseguem usufruir de uma velhice bem sucedida dentro da medida do que consideram ser bom













para se viver, a exemplo do lazer e das relações de amizade proporcionado nos Grupos de Idosos, crenças e valores próprios da cultura local ou das comunidades as quais pertencem, mas isso não quer dizer os velhos não precisem ter acesso a elementos necessários que garantam qualidade de vida plena.

Contudo, como já foi mencionado, em Parintins há uma pluralidade de velhices, há velhices na zona urbana e na zona rural e as políticas públicas precisam alcançalas. Para tanto, é preciso superar considerar a diversidade territorial e sua sociodiversidade, pois requerem recursos assistenciais que considerem a realidade de cada localidade.

3 CONCLUSÃO

Do exposto, pode-se compreender que as expressões da questão social que atingem a vida na velhice em Parintins também derivam da investida capitalista no contexto amazônico, e apesar de estar à frente dos demais municípios do interior do Estado do Amazonas em termos de desenvolvimento econômico e social, Parintins ainda encontra dificuldade em promover serviços necessários.

A verdade é que no enfrentamento das expressões da questão social as ações e serviços implementados pouco se propõe a superar as causas estruturais emanadas do capitalismo. As ações públicas que permeiam o cotidiano amazônico são políticas compensatórias incapazes de resolver ou eliminar o fenômeno da questão social, apenas amenizam os problemas. O que há são ajustes face as relações capitalistas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR. Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELATO, Dinarte. **História da velhice**. In: DALLEPIANE, Loiva Beatriz (Org). Envelhecimento Humano: campos de saberes e práticas de saúde coletiva. Ijuí: Ed. Uijuí, 2009.













DEBERT. Guita Grin. O velho na propaganda. Disponível em acesso 24/05/2016.

DEBERT. Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FALEIROS. Vicente de Paula; LOUREIRO. Altair Macedo Lahud. Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz. Brasília: Editora Universa, 2006

GOLDMAN, Sara Nigri. **Terceira Idade e Serviço Social**. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTE, Ludmila Fontenele. (Orgs). Serviço social e Políticas Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHERER, Elenize Faria. **Assistência aos desassistidos manauenses**. Manaus: Edua, 2016.

SCHERER, Elenise (org.). Questão Social na Amazônia. Manaus: Edua, 2009.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012

Silva, Leiliane Amazonas da. **Cotidiano na velhice em Parintins/AM**: concepções de Participantes do Centro de Convivência do Idoso "Pastor Lessa". Manaus. 2016

SOUSA, Valmiene Florindo Farias. Cidadania e envelhecimento em Parintins: um enfoque para o programa de atenção integral ao idoso- Manaus: UFAM, 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

ⁱ Reforça-se que tais interpretações contribuem para que se reitere que a região, e suas diversas populações, seja "[...] malvista, pouco conhecida, erroneamente interpretada [...] desastrosamente deturpada na significação de sua essência, de seus atributos, de seus recursos [...]" (LIMA, 2001, p. 52).

- iii "A palavra inglesa "commodity" significa simplesmente mercadoria. Mas no mercado o termo se refere a produto básico, em estado bruto ou com baixo grau de transformação. São mercadorias com pouco valor agregado e quase sem diferenciação que podem portanto ser negociadas globalmente sob uma mesma categoria. Minério de ferro, madeira, carne e frango "in natura" e petróleo são algumas das mais comercializadas" (CASTRO, 2016, p. 1).
- iv Esse avanço, que se dá em várias frentes, consolida-se com a implantação dos Grandes Projetos para a região e está sintonizado com o processo de reorganização do capital no nível macro, para o qual o Golpe Civil-Militar de 1964 foi peça fundamental da engrenagem capitalista na região. Numa palavra: esse formato de exploração/expropriação expressa-se como "os grandes monopólios na Amazônia" (OLIVEIRA, 1987) (HAURADOU, 2022, p. 72).

PROMOCÃO











Destaca-se que há uma recorrência da autoria na referência aos casos de massacres praticados contra trabalhadores e trabalhadoras amazônidas. A autoria entende que, em que pese os limites desta abordagem, o "massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, e de Pau D'arco, em 24 de maio de 2017, referenciados neste estudo, são marcas indeléveis da luta dos trabalhadores e trabalhadoras amazônidas e expressão da luta de classes travada na região. Os responsáveis por tal atrocidade não encontram nas leis, do Estado de direito burguês, a punição devida. Isto exige dos "intelectuais orgânicos" à classe trabalhadora, na acepção gramsciana do termo, manter viva a chama da justiça ainda que nos limites imediatos aos quais estamos envoltos.